



De uma margem à outra: os ensinamentos de Enrique Leff sobre a defesa da vida

From one shore to the other: Enrique Leff's teachings on the defense of life

Leff, E. *Ecologia política* – da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

Dimas FLORIANI¹*

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

* E-mail de contato: floriani@ufpr.br

Resenha recebida em 23 de junho de 2021, versão final aceita em 16 de novembro de 2021, publicada em 24 de agosto de 2023.

Comentar a obra de Enrique Leff é ao mesmo tempo um desafio e um passeio prazeroso pelas sendas do conhecimento tão bem tracejadas pelo seu profundo indagar sobre as origens da grande aventura já adiantada pelo pensamento clássico grego. Nos *Diálogos*, Platão apontava para o espanto e a surpresa manifestadas pelo ser humano em relação ao mundo; espanto que está na raiz do filosofar, do pensar indagativamente sobre os mistérios do mundo e sobre a condição humana. A filosofia seria então a emergência impostergável de respostas sobre os mistérios do mundo e os destinos da vida.

Enrique Leff nos convida para uma visita a uma insólita construção de um projeto gnosiológico, que tem suas raízes nas matrizes teóricas de nosso tempo, atravessado por rupturas paradigmáticas, mas que não se encerra em si mesmo. Quando lemos os trabalhos de Leff, ficamos com a impressão de que captamos efetivamente o sentido pleno de sua elaboração teórica e erroneamente podemos presumir de que sua publicação posterior nos levará novamente para sua obra anterior.

Nada mais enganosa essa percepção, uma vez que suas reflexões possuem uma imensa capacidade de resiliência criativa e aquilo que poderia ser mera

repetição transforma-se em ponto de mutação, sob forma recursiva, espiral que não retorna sobre si mesma, a não ser para exercer o *clinamen* de Epicuro, aquele momento de fuga ou de desvio que permite abrir outras clareiras para o pensamento.

Assim tem sido com suas principais obras ao longo do tempo: *Ecologia e Capital*; *Racionalidade Ambiental - a reapropriação social da natureza*; *A Aposto pela vida- imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*; *O Fogo da Vida*; e agora o presente título sobre *Ecologia Política*.

Longe estamos aqui de podermos trazer toda a riqueza argumentativa contida nos 14 capítulos do livro. Tarefa que supera a capacidade singular de um simples mortal. Para tanto, seria necessário um seminário aprofundado, durante um período longo, com a presença de diversos especialistas em diferentes domínios do conhecimento sobre ecologia e ciências da vida, economia, sociologia, antropologia, geografia e sobretudo filosofia.

Limitaremos assim nosso comentário sobre o livro ora lançado a alguns de seus aspectos gerais e a um pequeno número de temas enunciados pelo autor, embora sumamente profícuos e desafiadores para a continuidade das reflexões.

Fazendo jus ao que Deleuze afirma sobre a missão do pensador e da pensadora que é de produzir conceitos, podemos dizer que o elenco deles, que nos entrega Leff pela sua ampla e sólida produção, permite construir esse intrincado *puzzle* de sentidos e de indagações – expressão aliás muito cara ao autor, que se utiliza de *indagatórias* que emergem do trabalho intelectual pela fundição ou forja, sugerindo que o ato de construir conceitos é aquele do ferreiro que molda a ferramenta mediante o fogo e o material que deve ser modelado pelo saber fazer

de quem domina os instrumentos de produção e o desenho conferido pela sua imaginação criativa como autor.

É possível assim identificar diversas matrizes epistêmicas em forma de rizoma que vai modelando e conectando raízes de múltiplas maneiras, uma vez que podemos dizer que o projeto teórico em Leff se inscreve no campo do pensamento complexo sobre a questão ambiental, com pontos visíveis em sua origem, conforme o mesmo autor reconhece por diversas vezes: do ecomarxismo como pilar inicial, ampliando o escopo da economia política para a ecologia política, mas não apenas se restringindo ao domínio de sua origem enquanto materialismo histórico e dialético. Pelo contrário, amplia o escopo analítico para além desses enfoques.

O interessante é podermos inclinar nosso olhar sobre as estratégias que o autor utiliza para desconstruir e reconstituir temas e conceitos por meio de um diálogo intenso e permanente com pensadores que colocam em xeque a modernidade, os sistemas de pensamento que lhe dão suporte, pelo logocentrismo da ciência e as práticas materiais que tornam essa modernidade insustentável.

Para tecer a gênese de seu projeto epistêmico, Leff nos apresenta a oportunidade de identificar esse caminhar teórico nos capítulos 6, 7, 8 e 9 em que reconstitui criticamente as bases do ecomarxismo, fertilizando-as com o emaranhado criativo de novos conceitos, dentre os quais destacam-se: racionalidade ambiental, diálogo de saberes, a ontologia da diversidade, do ser e do tempo, apropriação cultural da natureza, identidades étnicas, política e territórios da diferença e do lugar, o direito cultural e o ser coletivo, hétero-genésico-evolutivo da diversidade biológica e cultural, democracia como autonomia e autogestão entre uma miríade de outros conceitos

que emergem desse tecer territórios que caminham pelo saber ambiental.

Não bastasse isso como poderoso arsenal analítico, as incursões que faz em domínios do saber ambiental abrem alamedas para incorporar territórios de vida, os direitos coletivos, a condição simbólica da existência humana, a cultura do cuidado com a natureza, abordado no capítulo 4. Abre-se assim o livre curso para os saberes ancestralmente ressignificados dos povos originários e das populações tradicionais latino-americanas, conforme apresentado nos capítulos 11, 12 e 13. Aliás, nesses três citados capítulos é que se concentra a principal abordagem sobre o campo da Ecologia Política, tema que empresta ao livro seu principal foco de atenção e sobre o qual retornaremos rapidamente no final dessa pequena resenha sobre alguns dos principais aspectos de sua longa obra.

Por outro lado, essa estratégia epistêmica não se contenta em verificar que a matriz do conhecimento baseada nas tecnociências e a decorrente racionalidade legitimadora do modelo de desenvolvimento hegemônico é colocada à prova por teorias críticas, mas não o suficientemente críticas, tais como as correntes ecológicas da economia e as propostas de sustentabilidade que ainda operam no interior da racionalidade sistêmica do modo de produção dominante. O debate sobre os limites das teorias de sustentabilidade e de decrescimento são sintomas dessa incapacidade de superar a referida racionalidade, abordados respectivamente no capítulo inicial e no décimo.

Aqui, talvez, fosse o momento de deixar alguma indagação a respeito do embate sobre sustentabilidade, inquirindo se as formas de fustigar os limites do sistema, pelos aspectos

críticos, teóricos e práticos, sinalizados pelo autor como limitados, mesmo assim incapazes de libertar-se da racionalidade aprisionada pela repetição e incapaz assim de superar-se a si mesma. Indagamos se essas tentativas de superar esses limites não poderiam ser interpretadas também como formas de minar o próprio sistema, entendendo-as como aspectos da contradição, embora talvez ainda não como sendo a principal.

Daí o incessante trabalho de desconstrução e reconstituição de categorias analíticas que pudessem fundar um novo continente para pensar os problemas ambientais da modernidade. Esse continente não é uma unidade aparente, estática, nem abriga fenômenos homogêneos capazes de serem quantificados, classificados e explicados pelas disciplinas científicas inscritas na cartografia positivista, por uma razão muito forte, qual seja, de que a ação imposta pela racionalidade instrumental do sistema de produção e de apropriação da natureza se dá justamente por meio de seu ponto cego, ou seja, pela ação mesma de esquecimento da natureza, pelo *logos* da ciência que desconhece o que não consegue ver ou não interessa conhecer.

Esse “esquecimento” pode ser interpretado de muitas maneiras e reportado a alguns pensadores que inspiram e dialogam com Leff, tais como Nietzsche, Weber, Heidegger, Levinas e Lacan que apontaram esse vazio e incompletude plural da condição humana e que implica para o autor ir muito além, ou então liberar da jaula da modernidade os potenciais ecológicos, culturais e humanos, sequestrados pela razão econômica hegemônica do capitalismo. Daí a imperiosa necessidade de liberar a vida e,

segundo palavras do próprio autor, “vida que tem sido dominada e minada pela força de uma racionalidade anti-natureza”. De tal maneira que é a vida que interessa defender e para tanto é necessário liberar a *physis* que sustenta sua sustentabilidade. Liberar a *physis* é também vislumbrar a possibilidade de reencontro com o *logos* no diálogo de saberes com os povos da terra, conforme é prescrito em *A Aposto pela Vida* (p. 300).

Não é só provável mas quase que inexorável, no estágio atual pelo qual vivencia a humanidade, que nos acerquemos ao fim de uma era perigosa que ameaça a espécie humana e as demais formas de vida onde se pode constatar, pelo que nos traz o autor em sua análise, a exacerbação de um processo que não consegue reproduzir-se sem violar a segunda lei da termodinâmica, pela exploração incessante da natureza, da matéria e energia e da biodiversidade, colocando em risco portanto as condições de reprodução da vida no planeta.

Para sair desse impasse, urge a necessidade de um novo paradigma produtivo, enraizado em processos de produtividade eco-tecnológico-cultural, fundado em uma ontologia da vida e nos princípios de uma racionalidade ambiental, em um modo de produção baseado nos potenciais neguentrópicos da vida: no manejo dos processos ecológicos, produtores da vida, da biosfera e na responsabilidade ética, em um mundo feito de muitos mundos, a exemplo da diversidade da vida.

Para tanto, aponta ainda o autor que a transição para esse novo paradigma dependerá de um longo processo de transformação histórica, guiado por uma ontologia da diversidade, uma

política da diferença e uma ética da outridade, com a abertura do pensamento para ouvir outras vozes, outras linguagens e outras razões. Para que isso possa ocorrer, a reapropriação social da natureza terá que exercer uma reversão completa do processo de capitalização do mundo ditado pela geopolítica da biodiversidade, processo este analisado no capítulo 5 do livro.

De todas as maneiras, a transição a outros mundos possíveis, diferentes deste que conhecemos e sob o qual vivenciamos e sofremos de suas consequências, é uma longa batalha que se inscreve no domínio dos conflitos socioambientais, tema que merece algumas referências trazidas nos já citados capítulos 11,12 e 13 do livro.

Resumidamente, podemos localizar algumas passagens que nos apresentam o núcleo central das questões atinentes ao campo da Ecologia Política que explora as relações de poder entre sociedade e natureza, dentro de estruturas sociais hierarquizadas e de classe no processo de produção e de apropriação da natureza. A Ecologia Política nasce como resposta à crise ambiental impulsionada pelos ventos do sul, incluindo povos camponeses e indígenas, os movimentos de resistência e o ativismo na reconstrução de seus territórios de vida enraizados nas condições ecológicas e culturais desses povos, de suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, a reinvenção de seus territórios de vida e a reapropriação de seu patrimônio biocultural.

Creemos que a abordagem da crise socioambiental estrutural desde a perspectiva da Ecologia Política é essencial, não apenas para buscar entender a grande divisão que se opera

hoje no domínio das estratégias dos atores em presença, das heroicas resistências que se travam entre as estruturas hegemônicas de poder, enquanto operadores da ordem e desordem do capital, como também buscar identificar alguns desses prováveis caminhos para a superação dessa grande transformação. Estratégias de dissenso aqui falarão mais alto do que as do consenso para refazer alianças políticas no campo dos subalternos do sistema. As resistências dos povos indígenas estão aí para nos mostrar alguns desses caminhos.

Como um último ponto, gostaríamos de registrar uma pequena menção ainda sobre o problema do conhecimento e aproveitando a oportunidade brindada pelo livro quando trata da questão dos conflitos socioambientais desde a Ecologia Política. Neste caso particular dos conflitos inerentes à produção do conhecimento sobre problemas complexos da atualidade, quem sabe pudéssemos estender esse debate para além daquele que alguns filósofos mexicanos, espanhóis e norte-americanos designaram como *A ciência e seus sujeitos*. Pergunto se não seria possível tratar desses problemas da ciência desde o domínio de uma Epistemologia

Política para pensar e problematizar o que a ciência representa para o mundo contemporâneo e seus usos pela sociedade. A exemplo da capitalização da natureza, poderíamos considerar a capitalização das tecnociências e em que medida podem ser usadas pela necropolítica quando exercem sua aplicação na natureza, ou melhor, contra ela, mas que também podem ser usadas em benefício da vida. O campo científico, dessa maneira, pode transformar-se em uma arena de disputas de poder e de sentidos. Pergunta-se se é possível que a racionalidade científica, insuflada desde outra perspectiva que não seja uma ciência exclusivamente de e para o mercado, possa vir a abrir-se para um diálogo com outros saberes e práticas comprometidos com aquilo que não pode ainda ser visualizado desde os estreitos limites do *logos*.

Cabe aqui, ainda, a recomendação de Maturana e Varela sobre a questão ética na e da ciência: que o desconhecimento do conhecer constitui o cerne das dificuldades atuais do ser humano: não é saber apenas que a bomba mata, mas o que queremos fazer com ela é que determinará se queremos explodi-la ou não.